

10. EMPREITADA: “INSERÇÃO DA REDE PEDONAL E CICLÁVEL NO CENTRO URBANO DE BRAGA – VARIANTE DA ENCOSTA - FRAIÃO”.

Da **DMOSM**, submetendo à consideração do Executivo Municipal, a aprovação da Adjudicação da empreitada ao abrigo do artigo 70.º n.º 6 do Código dos Contratos Públicos, vertida no Relatório Final de análise e avaliação das propostas, submetendo-se ainda para aprovação a respetiva minuta do contrato.

DELIBERAÇÃO:

Remeta-se ao Sr. Presidente.

A Diretora da DMOSM, _____

2022/09/07

Remeta-se à Sr.^a Diretora.

O Diretor do DOM, _____

07/09/2022

Despacho:

A ns de Lutho

O Presidente,


(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

22/09/07

Órgão competente para a decisão de contratar: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

I - Introdução e Identificação:

Concurso Público: CPE.07.22.DMOSM

Contratação: empreitada de "INSERÇÃO DA REDE PEDONAL E CICLÁVEL NO CENTRO URBANO DE BRAGA – VARIANTE DA ENCOSTA - FRAIÃO".

Preço base (Pb): €1.524.898,35 (um milhão quinhentos e vinte e quatro mil, oitocentos e noventa e oito euros e trinta e cinco cêntimos) (sem IVA);

Prazo máximo de execução da empreitada: 210 (duzentos e dez) dias.

Reunião efetuada pelo júri do procedimento, em 05/09/2022, para cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pela Lei n.º 59/2008 de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei 223/2019 de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009 de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010 de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010 de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho, pelo Decreto-Lei 214-G/2015 de 2 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto e pela Lei n.º 30/2021 de 21 de maio, destinada à elaboração do relatório final, no âmbito do procedimento acima referenciado, cujo anúncio n.º **7748/2022**, foi publicado no Diário da República, Parte L, II série, Número 118, de 21 de junho de 2022, com o objetivo de ponderar as observações dos concorrentes em sede de audiência prévia, confirmar ou não, a ordenação final das propostas constantes do relatório preliminar e, finalmente, propor a adjudicação e as formalidades legais dela decorrentes.

II – Resultado da audiência prévia e Ordenação das propostas:

Em cumprimento do disposto no artigo 147.º do CCP, o júri enviou a todos os concorrentes o relatório preliminar, tendo fixado o prazo de cinco dias úteis para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia.

Durante o prazo acima referido os concorrentes não apresentaram quaisquer reclamações.

Nessa medida, o Júri deliberou, por unanimidade, não alterar o projeto de decisão vertido no relatório preliminar de análise e avaliação das propostas e manter a ordenação das propostas.

III – Possibilidade de adjudicação ao abrigo do disposto no artigo 70.º, n.º 6 do Código dos Contratos Público :

Face aos resultados da análise das propostas, vertidos no relatório preliminar, o Júri concluiu que todas as propostas preenchem os fundamentos previstos no Código dos Contratos Públicos para a exclusão da respetiva proposta, determinando o artigo 79.º, n.º 1, alínea b) do CCP, que **«não há lugar a adjudicação, extinguindo-se o**

Página 2 de 11

procedimento, quando (...) todas as candidaturas ou todas as propostas tenham sido excluídas, sem prejuízo do disposto no n.º 6 do artigo 70.º do CCP, no que respeita às propostas». No entanto o referido artigo 70.º, n.º 6 do CCP, admite que as entidades adjudicantes **adjudiquem propostas cujo preço seja superior ao preço base**, nos termos seguintes:

«No caso do concurso público ou concurso limitado por prévia qualificação em que todas as propostas tenham sido excluídas, o órgão competente para a decisão de contratar pode, excecionalmente e por motivos de interesse público devidamente fundamentados, adjudicar aquela que, de entre as propostas que tenham sido excluídas com fundamento na alínea d), do n.º 2 (do artigo 70.º do CCP) e cujo preço não exceda em mais de 20% o montante do preço base, seja ordenada em primeiro lugar, de acordo com o critério de adjudicação, desde que:

- a) - Essa possibilidade se encontre prevista no programa do procedimento e a modalidade do critério de adjudicação seja a referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP;*
- b) - O preço da proposta a adjudicar respeite os limites previstos no n.º 4 do artigo 47.º do CCP;*
- c) - A decisão de autorização da despesa já habilite ou seja revista no sentido de habilitar a adjudicação por esse preço».*

III.I – Verificação dos Requisitos Previstos no Artigo 70.º, n.º 6 do Código dos Contratos Públicos:

O Júri verificou no contexto do presente procedimento, que estão preenchidos os requisitos e pressupostos que habilitam a entidade adjudicante a proceder à adjudicação, com recurso à hipótese legal consagrada no citado artigo 70.º, n.º 6 do Código dos Contratos Públicos:

- **Tipo de procedimento | verificado:** o procedimento de formação do contrato é um concurso público;
- **Exclusão de todas as propostas | verificado:** o júri concluiu que todas as propostas apresentadas preenchem motivos de exclusão, conduzindo à

aplicação do disposto no artigo 79.º, n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos;

- **Existir, pelo menos, uma proposta cuja exclusão foi determinada somente por apresentar um preço superior ao preço base | verificado:** da análise das propostas, resulta que aquela que foi apresentada pelo concorrente José Moreira Fernandes & Filhos, S.A., não preenche qualquer outro fundamento de exclusão para além do enunciado na alínea d), do n.º 1 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos;
- **O preço da proposta cuja exclusão foi determinada apenas por apresentar um preço superior ao preço base não exceder em mais de 20% o montante do preço base | verificado:** o preço da proposta apresentada pelo concorrente José Moreira Fernandes & Filhos, S.A., excede em, sensivelmente, 18% o preço base do procedimento;
- **A possibilidade de adjudicação acima do preço base se encontre prevista no programa do procedimento | dispensado:** O artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 36/2022 de 20 de maio, que estabelece um regime excecional e temporário no âmbito do aumento dos preços com impacto em contratos públicos, admite expressamente que *«durante a vigência do presente decreto-lei, as entidades adjudicantes podem recorrer ao disposto no n.º 6 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, ainda que essa possibilidade não se encontre prevista no programa do procedimento, sem prejuízo dos demais pressupostos e requisitos legais»*.

O artigo 2.º do referido diploma legal admite a aplicação desta exceção aos contratos públicos em execução ou a celebrar, e aos procedimentos de formação de contratos públicos iniciados ou a iniciar, aplicando-se, portanto, no contexto do presente procedimento.

Mesmo não estando a possibilidade de adjudicação acima do preço base prevista nas peças do procedimento, pode a entidade adjudicante socorrer-se da referida norma especial, dispensando-se, assim, a verificação daquele específico requisito.

- **A modalidade do critério de adjudicação prevista no Programa do Procedimento seja a de «multifator» | verificado:** o Programa do Procedimento indica, como modalidade do critério de adjudicação, a prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, sendo o critério de adjudicação densificado por diferentes fatores correspondentes a diversos aspetos da execução do contrato a celebrar.
- **A adjudicação recaia sobre a proposta admissível, à luz destes pressupostos, que seja ordenada em primeiro lugar, de acordo com o critério de adjudicação | verificado:** existindo uma só proposta que preenche a hipótese prevista no n.º 6 do artigo 70.º do CCP, o critério de adjudicação, enquanto instrumento de diferenciação e graduação de propostas, não tem, neste cenário, verdadeira aplicabilidade prática.
- **O preço da proposta a adjudicar respeite os limites previstos no n.º 4 do artigo 47.º do CCP | verificado:** tendo sido promovido um concurso público sem publicação de anúncio no JOUE, a adjudicação pelo preço apresentado pela proposta do concorrente **José Moreira Fernandes & Filhos, S.A.**, inscreve-se nos limiares definidos para o tipo de procedimento, pelo disposto no artigo 19.º, alínea b) do CCP;
- **A decisão de autorização da despesa já habilite ou seja revista no sentido de habilitar a adjudicação por esse preço | a verificar:** uma vez que a autorização da despesa está delimitada pelo preço base, a possibilidade de adjudicação, por recurso ao disposto no artigo 70.º, n.º 6 do CCP, exigirá a revisão de tal decisão, de harmonia com o valor da proposta que pode ser aceite.
- **Existam motivos excecionais e de justificado interesse público para a adjudicação acima do preço base | verificado:**
O Município de Braga tem em curso a operação financiada NORTE-05-1406-FEDER-0000194 *“Inserção da rede pedonal e ciclável no centro urbano de Braga – ligação Variante da Encosta – Universidade do Minho”*, com um

investimento global aprovado de €3.077.054,97, investimento elegível de €2.264.401,80 e fundo de €1.924.741,53.

A sua componente de “*Construções diversas*” foi materializada através da empreitada INSERÇÃO DA REDE PEDONAL E CICLÁVEL NO CENTRO URBANO DE BRAGA - VARIANTE DA ENCOSTA, LAMAÇÕES (REF. CPE.4.19.DMOSM), com um valor contratual de €2.649.787,52.

A decorrer desde julho de 2020, verificou-se, quando se encontrava por executar cerca de 1/4 da área de intervenção prevista, que o saldo de quantidades disponível em alguns artigos essenciais para a prossecução da empreitada não era manifestamente suficiente para concluir a totalidade da empreitada, encontrando-se já inclusive esgotados. Assim, associado ao facto de não ser possível o total suprimento dos trabalhos, em sede de erros e omissões, pela condição de limite legalmente imposta e prevista no número 2 b), do artigo 370.º do Código de Contratos Públicos, procedeu-se à suspensão dos trabalhos, determinando-se a supressão da totalidade do saldo de quantidades de trabalho disponíveis, pois não poderiam ser executadas sem que os em falta, decorrentes dos erros e omissões detetados, os complementassem. Deste modo, em cumprimento com os princípios de legalidade e transparência que devem nortear qualquer procedimento de contratação pública, é intenção do Município de Braga, de forma a concluir a totalidade da empreitada incluída da presente operação financiada, proceder à abertura de novo procedimento concursal autónomo, incluindo nesse, de modo a completar a totalidade da operação tal como foi delineada, os trabalhos suprimidos e os decorrentes dos erros e omissões detetados.

Conforme consta na proposta de supressão de trabalhos datada de 02/05/2022, foram suprimidos trabalhos contratuais que orçam em €617.947,50. Quanto ao saldo de valor de elegibilidade ainda disponível fixou-se, após supressão de trabalhos, em €453.573,69.

O presente procedimento concursal visou, **para além concluir os objetivos estratégicos e funcionais que serviram de base operação de financiamento NORTE-05-1406-FEDER-0000194 “Inserção da rede pedonal e ciclável no centro urbano de Braga – ligação Variante da Encosta – Universidade do Minho”, garantir a utilização/aproveitamento da totalidade do valor elegível remanescente acima referido.**

Pelo facto de o contrato a celebrar se enquadrar numa uma operação financiada, com prazo limite de execução física a 31/06/2023, é absolutamente determinante assegurar, com a máxima rapidez, a execução física e financeira da empreitada, dado que, assim não sendo – isto é, caso se opte, em alternativa, por desencadear um novo concurso público – o risco da baliza temporal disponível para a concretização do investimento se fechar é muito significativo, podendo, inclusivamente, impedir a sua concretização.

Com efeito, uma tal opção – *que envolverá a repetição de todo o procedimento, com um novo preço base, naturalmente* – implicará o consumo de um período temporal que se alargará entre 6 a 8 meses, pondo em risco o montante remanescente elegível e a própria operação global por incumprimentos dos objetivos estratégicos pré-estabelecidos para a mesma, **sem qualquer garantia de que se alcance, sequer, um preço contratual, no jogo concorrencial, equivalente ao que, neste momento, com recurso ao artigo 70.º, n.º 6 do Código dos Contratos Públicos, é possível assegurar.**

Sublinhe-se, ainda, que na tentativa de enquadrar a execução do contrato com o preço base, os serviços municipais diligenciaram no sentido de, através de consultas informais a distintos operadores económicos, avaliar a viabilidade de adjudicar a empreitada, com recurso à faculdade prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 24.º do Código dos Contratos Públicos (ajuste direto por critérios materiais). Estas diligências não obtiveram qualquer sucesso, não tendo sido possível encontrar nenhum operador económico disponível para executar a obra pelo preço base do procedimento.

Constata-se, outrossim, que, no futuro imediato, dada a inflação crescente e a variação constante dos preços, existe o risco significativo de nem tão pouco ser possível executar a obra pelo preço proposto pelo concorrente **José Moreira Fernandes & Filhos, S.A.**

Com efeito, vive-se presentemente um crescimento muito acentuado da inflação. Na sequência da pandemia de Covid-19 e das medidas de confinamento, a economia mundial enfrenta atualmente uma inflação considerável que tem causado preocupação transversal na atividade económica.

A inflação anual em Portugal é estimada em 9,4%, em julho de 2022 (contra 1,1% em julho de 2021). Portugal segue a mesma tendência que a inflação

anual da zona euro (8,9% em julho de 2022 e 2,2% em junho de 2021). De igual modo, a inflação homóloga na OCDE era de 10,3% em junho de 2022.

O aumento mundial da inflação está relacionado com a reabertura da economia na sequência de medidas de confinamento associadas à pandemia. Embora a procura tenha aumentado, tem havido escassez da oferta e estrangulamentos ao nível de mercadorias e bens intermédios. Mais recentemente, o conflito na Ucrânia, as sanções económicas contra a Rússia e as medidas de confinamento na China perturbaram ainda mais as cadeias de abastecimento internacionais.

Uma grande parte do aumento da inflação reflete o aumento dos preços da energia. Adicionalmente, os preços dos alimentos, bens industriais não energéticos e serviços tem também vindo a contribuir para a tendência ascendente da inflação desde outono de 2021.

Portugal e o mundo vivem, portanto, tempos absolutamente **excecionais** que, inclusivamente, justificaram a intervenção do legislador, através do Decreto-Lei n.º 36/2022 de 20 de maio, reconhecendo que *«esta situação exige a aplicação de medidas extraordinárias e urgentes e a prática dos atos adequados e indispensáveis para garantir as condições de execução e conclusão das obras públicas, sob pena da prossecução do interesse público ficar comprometida pela não realização ou conclusão das obras programadas, com impactos na execução dos planos e programas de apoio financeiro instituídos para a recuperação da economia, bem como na sustentabilidade e viabilidade dos operadores económicos»*.

Por outro lado, para o Município de Braga é de **relevante interesse público** executar a obra concursada, pela satisfação indispensável às necessidades de melhoramento da rede viária, assegurando – *não fazendo perigar* – o financiamento contratado e cuja execução física e financeira tem prazos exigentes, não compatíveis com o lançamento de um novo concurso público que, dada a incerteza do mercado, pode facilmente redundar num cenário idêntico ao aqui verificado.

IV – Ordenação das propostas :

Assim, considerou-se que estão reunidas as condições para adjudicação da presente empreitada, tendo sido efetuada a avaliação da proposta do concorrente **JOSÉ**

Página 8 de 11

MOREIRA FERNANDES & FILHOS, S.A, através da operacionalização do critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com o Anexo VI (Regulamento de análise das propostas).

Nestes termos, o júri deliberou, por unanimidade, propor:

A ordenação das propostas em resultado da aplicação do critério de adjudicação, nos termos seguintes:

Posição (em função do critério de adjudicação)	Identificação do concorrente	Pontuação final	Preço da proposta	Prazo de execução
1.º	JOSÉ MOREIRA FERNANDES & FILHOS S.A	0,06	€ 1.799.000,10	210 dias

Face ao supra exposto, propõe-se que:

- a) - Se reconheça de excecional interesse público para o Município de Braga a execução imediata do contrato objeto do procedimento, nos termos previstos no n.º 6 do artigo 70.º do *Código dos Contratos Públicos*, com base na fundamentação constante do presente relatório e relatório preliminar.
- b) - Se reveja a decisão de autorização da despesa proferida aquando da abertura do procedimento, reformulando-a, nos termos da cabimentação anexa, para o valor de €1.829.878,02 assim habilitando a adjudicação pelo preço de €1.799.000,10, nos termos exigidos pela alínea c), do n.º 6 do artigo 70.º do *Código dos Contratos Públicos*;
- c) - Se aprovadas as decisões precedentes, se adjudique a execução do contrato ao concorrente **JOSÉ MOREIRA FERNANDES & FILHOS S.A**, ao abrigo do disposto no artigo 70.º, n.º 6 do *Código dos Contratos Públicos*, cujos pressupostos se mostram verificados, conforme resulta do relatório preliminar.

IV.1. Cabimento orçamental

Para cumprimento da alínea c) do n.º 6 do artigo 70.º do *Código dos Contratos Públicos*, junta-se a informação do cabimento n.º 69805 de 02/06/2022, revisto e atualizado em 19/08/2022.

V – Adjudicação e Formalidades:

I – Na sequência da ordenação das propostas e pelo facto do concorrente **JOSÉ MOREIRA FERNANDES & FILHOS S.A.**, ter ficado classificado em 1.º lugar, o júri deliberou propor que a empreitada atrás referenciada, lhe seja adjudicada pela quantia de **€ 1.799.000,10**, a que acresce o IVA à taxa em vigor e pelo prazo de execução de 210 dias.

I.1 – Compromisso

Para os devidos efeitos, junta-se a informação do compromisso n.º 88797 de 07/09/2022.

I.2 – Caução

Face ao valor da adjudicação, é exigida a prestação de uma caução correspondente a 5% do preço contratual, conforme o definido no artigo 25.º do Programa do Concurso.

O modo de prestação da caução é o referido no Programa do Concurso.

I.3 – Documentos de Habilitação

Nos termos do artigo 24.º do Programa do Concurso, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação é de 10 (dez) dias úteis.

I.4 – Contrato Escrito

• Minuta do contrato

Propõe-se, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do CCP, a aprovação da minuta do contrato, em anexo, a celebrar com o adjudicatário.

II – Notificação da Adjudicação

Face ao que antecede, e se as propostas aqui formuladas merecerem a aprovação superior, proceder-se-á, nos termos do n.º 1 do artigo 77.º do CCP, ao envio da notificação da adjudicação ao adjudicatário e, em simultâneo, aos restantes concorrentes, a qual será acompanhada do “Relatório Final”.

Nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, o adjudicatário será igualmente notificado:

- Para apresentar os documentos de habilitação exigidos no prazo fixado e nos termos do artigo 81.º do CCP;

- Para prestar caução;
- Para se pronunciar sobre a minuta do contrato.

O Júri do Procedimento

Em anexo:

- Relatório Preliminar;
- Compromisso;
- Minuta do Contrato.

MINUTA / CONTRATO DE EMPREITADA N.º CPE.07.22.DMOSM**“INSERÇÃO DA REDE PEDONAL E CICLÁVEL NO CENTRO URBANO
DE BRAGA – VARIANTE DA ENCOSTA - FRAIÃO”**

ENTRE

Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificada por «**Dono da Obra**»;

E

Segunda: JOSÉ MOREIRA FERNANDES & FILHOS, S.A., com sede na Avenida João XXI, n.º 1965 H, freguesia de Vermoim, concelho de Vila Nova de Famalicão, 4770-754 Vermoim, pessoa coletiva n.º 502046376, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Montalegre sob o mesmo número, com o capital social de € 650.000,00, (seiscentos e cinquenta mil euros), aqui representada por....., na qualidade de....., com poderes para obrigar, conforme....., doravante identificada por «**Empreiteiro**».

Considerando que:

- a) Por deliberação da Câmara Municipal, de 13 de junho de 2022, o dono da obra, na qualidade de entidade adjudicante, promoveu o procedimento por **Concurso Público: CPE.07.22.DMOSM**, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19.º do *Código dos Contratos Públicos*, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as respetivas alterações e republicações em vigor;
- b) A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao presente contrato, a realizar no ano económico em curso, é a seguinte: 06/07030301, de acordo com a informação de cabimento n.º 69805, de 02/06/2022, atualizada em 19/08/2022 e a informação de compromisso n.º 88797, de 07/09/2022, e, nos mesmos termos, será satisfeito o respetivo encargo para o ano seguinte, conforme consta da referida informação de compromisso, sendo a respetiva repartição de encargos autorizada pela Assembleia Municipal, em sessão de 30 de dezembro de 2021.

- c) No seguimento do *Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas*, por deliberação da Câmara Municipal, de....., o dono da obra adjudicou ao empreiteiro a obra objeto do referenciado procedimento, ao abrigo do disposto no n.º 6, do artigo 70.º do *Código dos Contratos Públicos*, tendo, na mesma data, aprovado a minuta do contrato, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do referido Código;_____
- d) O empreiteiro fica subordinado às exigências de interesse público de conclusão atempada da obra, objeto do contrato;_____
- e) Não foram efetuados ajustamentos ao conteúdo do contrato, nos termos do artigo 99.º do *Código dos Contratos Públicos*;_____

_____É celebrado o presente contrato de empreitada, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam._____

Artigo 1.º
(Objeto do contrato)

_____1. O presente contrato tem por objeto a execução, pelo empreiteiro, dos trabalhos referentes à empreitada de **“INSERÇÃO DA REDE PEDONAL E CICLÁVEL NO CENTRO URBANO DE BRAGA – VARIANTE DA ENCOSTA – FRAIÃO”**, nos termos e condições jurídicas e técnicas constantes dos documentos que instruem o processo do procedimento identificado no considerando a) do presente contrato, e que integram o seu âmbito de aplicação, devidamente concretizados no n.º 2 do artigo 96.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

_____2. Os trabalhos de empreitada desenrolar-se-ão de harmonia com o projeto patenteado no concurso, nos termos e condições constantes da proposta do empreiteiro, designadamente do plano de trabalhos, e obedecerão ao prescrito no caderno de encargos e nas diferentes peças que integram o processo de concurso._____

Artigo 2.º
(Local da obra)

_____Os trabalhos de empreitada serão executados na **União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações**, concelho de Braga, conforme indicado nos documentos que integram o processo do procedimento identificado no considerando a)._____

Artigo 3.º
(Preço contratual)

_____O preço contratual a pagar ao empreiteiro, em resultado da proposta adjudicada, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, é o de **€ 1.799.000,10 (um milhão, setecentos e noventa e nove mil euros e dez cêntimos)**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor._____

Artigo 4.º
(Condições de pagamento)

____1. A forma, os prazos e os demais termos de processamento dos pagamentos são os previstos nas cláusulas gerais do caderno de encargos._____

____2. No âmbito da execução do presente contrato, o empreiteiro fica obrigado, em conformidade com o disposto no artigo 299.º-B do *Código dos Contratos Públicos*, a emitir faturas eletrónicas._____

Artigo 5.º
(Revisão de preços)

____1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na modalidade de fórmula._____

____2. A revisão de preços obedece à seguinte fórmula: **F17 – pavimentação de estradas**._____

____3. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos._____

____4. Caso a revisão de preços venha a ser de sinal negativo, o empreiteiro fica obrigado a proceder ao pagamento do valor em dívida ao dono da obra, no prazo de oito dias a contar da respetiva notificação, sob pena de execução da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais._____

Artigo 6.º
(Prazos de execução da empreitada)

____O prazo de execução dos trabalhos referentes à presente empreitada é de **210 (duzentos e dez) dias** de calendário, contados da data da consignação da obra, devendo os trabalhos estar perfeita e integralmente concluídos, cumprido que esteja aquele prazo, nos termos previstos na cláusula 11.ª do caderno de encargos, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 362.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

Artigo 7.º
(Cessão da posição contratual)

____1. A cessão da posição contratual por parte do empreiteiro, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 318.º do referido Código._____

____2. A apresentação, por parte do empreiteiro, do pedido de autorização ao dono da obra não suspende a normal execução do contrato, permanecendo o empreiteiro

integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais._____

____3. O dono da obra autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade._____

____4. Caso o dono da obra não autorize a pretendida cessão de posição contratual no prazo de 8 (oito) dias contados da apresentação do respetivo requerimento, considera-se a pretensão indeferida._____

____5. A cessão de posição contratual pelo dono da obra produzir-se-á por notificação dirigida ao empreiteiro, sem prejuízo do disposto no artigo 324.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

Artigo 8.º

(Cessão da posição contratual por incumprimento do empreiteiro)

____1. O dono da obra pode, nos termos previstos no artigo 318.º-A, do *Código dos Contratos Públicos*, impor ao empreiteiro a cessão da sua posição no contrato, em caso de incumprimento das suas obrigações, sempre que se mostrem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato._____

____2. A cessão da posição contratual ocorrerá por mero efeito de ato do dono da obra, sendo eficaz a partir da data indicada por este._____

Artigo 9.º

(Subcontratação)

____1. A subcontratação, por parte do empreiteiro, de parte da sua prestação contratual, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, ou já assumida expressamente na proposta, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 318.º do referido *Código*._____

____2. A autorização à subcontratação pelo empreiteiro rege-se pelo disposto no artigo 319.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

Artigo 10.º

(Caução)

____1. Para garantia da celebração do presente contrato, bem como do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, a adjudicatária prestou uma caução, no montante de €..... (.....) correspondente a 5% do preço contratual, mediante, arquivada no respetivo processo._____

____2. Para reforço da caução prestada, proceder-se-á à retenção de 5% em todos os pagamentos, nos termos do disposto no artigo 353.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

Artigo 11.º

(Liberação da caução)

_____A caução será liberada nos termos previstos no artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos._____

Artigo 12.º
(Gestor do contrato)

_____1. O dono da obra designa **Luís Manuel Borges Faria de Almeida**, como gestor do presente contrato, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo do disposto no número seguinte._____

_____2. Fica reservado ao órgão decisor do dono da obra a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitante à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato._____

_____3. O dono da obra poderá, a todo o tempo e mediante notificação simples dirigida ao empreiteiro, substituir o gestor do contrato._____

Artigo 13.º
(Comunicações e notificações)

_____1. As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre o dono da obra e o empreiteiro, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados._____

_____2. Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 468.º do Código dos Contratos Públicos, os outorgantes convencionam as informações de contacto seguintes:_____

_____a) Primeira outorgante e aqui dono da obra: **contratacao.empreitadas@cm-braga.pt**_____

_____b) Segunda outorgante e aqui empreiteiro: **geral@jmfsa.pt**_____

_____3. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição._____

_____4. Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem-sucedido._____

_____5. As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte._____

Artigo 14.º
(Confidencialidade e proteção de dados pessoais)

_____1. O empreiteiro obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo dono da obra ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.____

____2. Os dados pessoais a que o empreiteiro tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do dono da obra._____

____3. O empreiteiro compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo dono da obra._____

____4. No caso em que o empreiteiro seja autorizado pelo dono da obra a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas._____

____5. O empreiteiro obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na **Lei da Proteção de Dados Pessoais** (Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, doravante designada por LPDP), e demais legislação aplicável, em particular o **Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016**, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o empreiteiro celebre com outras entidades por si subcontratadas._____

____6. O empreiteiro obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:_____

____a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;_____

____b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;_____

____c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;_____

____d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o dono da obra esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;_____

____e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do dono da obra contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;_____

____f) Prestar ao dono da obra toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o dono da obra informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;_____

____g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato._____

____7. O empreiteiro será responsável por qualquer prejuízo em que o dono da obra venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato._____

____8. Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao empreiteiro, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o empreiteiro e o referido colaborador._____

____9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra._____

Artigo 15.º
(Invalidade parcial)

____Se alguma das disposições deste contrato vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado, que se manterá plenamente em vigor._____

Artigo 16.º
(Foro competente)

____Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro._____

Artigo 17.º
(Legislação aplicável)

____Em tudo, o que não esteja integralmente previsto neste contrato aplica-se o disposto no caderno de encargos, e no Código dos Contratos Públicos e restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros._____

Artigo 18.º**(Despesas do contrato e encargos do empreiteiro)**

____1. Todas as despesas com a celebração do presente contrato serão da responsabilidade do empreiteiro._____

____2. Constituem encargo do empreiteiro as despesas relativas à prestação da caução e resultantes do pagamento dos prémios dos seguros exigidos._____

Artigo 19.º**(Vigência)**

____O presente contrato não produzirá quaisquer efeitos antes do visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas, nos termos do nº 4 do artigo 45.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na redação atual._____

____Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão eles assinar digitalmente o presente contrato, considerando-se a data efetiva da sua celebração a data de aposição da última assinatura._____

Pelo Dono da Obra,

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pelo Empreiteiro,

(.....)